



42º Encontro Anual da Anpocs

SPG06

Comunicação política, democracia e eleições no Brasil

**CONTINUIDADES ENTRE O IMPEACHMENT DE DILMA
ROUSSEFF, A PEC 55 E A REFORMA TRABALHISTA**

ANDRADE, Bruna; HAUBRICH, Alexandre

CONTINUIDADES ENTRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF, A PEC 55 E A REFORMA TRABALHISTA

ANDRADE, Bruna¹; HAUBRICH, Alexandre²

Introdução

No dia 31 de agosto de 2016, a presidenta Dilma Rousseff (PT) era derrubada após a aprovação final do processo de impeachment desencadeado contra ela através do Congresso Nacional. Era o final de uma longa etapa de desgaste do governo e o início de uma virada em diversas políticas que vinham com certa estabilidade desde 2003. Michel Temer (PMDB) assumiu a Presidência, apresentando, já em seu período de interinidade, propostas de reformas estruturais para o país. A primeira delas foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, enviada ao Congresso no dia 15 de junho de 2016, que se transformou em PEC 55/2016 no Senado e foi aprovada em dezembro do mesmo ano, tornando-se a Emenda Constitucional (EC) 95/2016 e congelando os investimentos públicos por vinte anos. Depois, já efetivado no cargo, Temer apresentou, em dezembro do mesmo ano, a proposta de reforma trabalhista, que foi aprovada no Congresso, entrando em vigor em novembro de 2017.

Durante as tramitações do impeachment, da PEC e da reforma trabalhista, sujeitos, entidades e instituições dos mais diversos campos se posicionaram contra ou a favor de cada uma das ações. Através de notas públicas, artigos, entrevistas, reportagens, mobilizações de rua, ações no Congresso, debates, entre outras estratégias, esses atores procuraram influenciar nos resultados finais desses embates e nas percepções públicas a respeito de cada um deles. Nesses debates públicos, entraram em cena atores vinculados ao que Weber (2017) conceitua como “redes de comunicação pública”, sendo acionados todos os setores do Estado, da mídia e da sociedade na tentativa de fazer valer seus pontos de vista sobre esses episódios. As redes instigaram umas às outras à participação

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES. bruna.andrade@ufrgs.br.

² Mestre em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), estudante de doutorado em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). alexandre.haubrich@gmail.com.

no debate, oferecendo argumentos e vieses e, ao mesmo tempo, procurando desconstruir os argumentos de seus antagonistas. A porosidade do Estado foi colocada em xeque, e prevaleceu, ao menos legalmente – o que não quer dizer que tenha prevalecido como percepção pública sobre o tema – o conjunto de atores que defendeu e conseguiu as aprovações do impeachment, da PEC 55 e da reforma trabalhista.

Entendemos que os três episódios integram uma linha contínua de um mesmo projeto que visava destituir Dilma Rousseff de seu cargo para implementar um plano de governo que havia sido rejeitado nas urnas em 2014. Dessa forma, a hipótese que norteia este artigo é a de que, comparando-se os três casos, há semelhanças na maneira como esses atores se relacionam nos debates, de forma que as aproximações e afastamentos, convergências e divergências entre eles contêm grande similaridade. Assim, o objeto desta análise é a configuração do debate público em torno do impeachment de Dilma Rousseff em 2016, da PEC 55 e da reforma trabalhista a partir do posicionamento adotado pelos principais atores envolvidos.

O objetivo central deste artigo, assim, é *compreender as linhas contínuas do posicionamento dos atores entre o impeachment e a aprovação de duas das principais medidas propostas pelo novo governo*. Como objetivos específicos, podemos elencar os seguintes: *entender se os atores selecionados posicionam-se de forma favorável ou contrariamente a cada uma das medidas estudadas; apresentar aproximações e afastamentos entre os atores em cada um dos casos; encontrar similaridades ou distinções na configuração dos grupos de atores (contra e a favor) entre os três casos estudados*.

Para compreendermos esses processos de debate público e as relações entre os atores, acionamos o conceito de *comunicação pública*, entendida como processos comunicativos provocados por temas de interesse público em torno dos quais articulam-se redes de comunicação. Essa noção nos permite compreender a dinâmica social estabelecida a partir de laços comunicativos entre os atores. Metodologicamente, trabalhamos com o posicionamento (favorável e contrário) dos principais atores diante dos três episódios e com *análise de rede social (ARS)* para compreender as conexões entre eles.

Fundamentação teórica

A noção de comunicação pública com a qual trabalhamos é aquela que se configura pela sua abordagem comunicativa na circulação de temas de interesse público. Essa circulação se configura em três dimensões da comunicação pública: *normativa*, *fática* e *crítica* (WEBER, 2017). Na sua dimensão *normativa* é ela que produz a visibilidade do Estado e da sociedade, “é pensada a partir da ética da política, da resistência e da vigilância da democracia; através do investimento na cidadania e emancipação social” (WEBER, 2017, p. 38). A dimensão *fática* envolve a publicidade legal e institucional empreendida pelo Estado, a prestação de contas e a transparência dos poderes e também a radiodifusão pública e estatal, com o objetivo de promover os temas de interesse público. Já a dimensão *crítica* é aquela marcada pelo *debate público*, envolvendo atores vindos de diversas esferas da sociedade, do Estado e da mídia, é a comunicação “do âmbito da opinião pública, da esfera pública, da comunicação engendrada pela sociedade e os diferentes públicos que a constituem, que se movimentam a partir de um tema, acontecimento, ou questão de interesse público” (WEBER, 2017, p. 42). Como temas de interesse público, o impeachment de Dilma Rousseff, a PEC do teto de gastos e a reforma trabalhista envolveram atores dos âmbitos do Estado, mídia e sociedade que foram levado a se posicionarem nos processos de debate público desencadeados por esses temas.

É na sua dimensão *crítica*, no debate público que se localiza a forma de sociabilidade que dá origem a *públicos*. Na definição sintetizada por Blumer (*apud* ESTEVES, 2011, p. 154), os públicos são formados por pessoas que “(a) estão envolvidas numa dada questão; (b) que se encontram divididas nas suas posições diante dessa questão; e (c) que discutem a respeito do problema”. E um indivíduo pode estar envolvido em diferentes públicos ao mesmo tempo e também reconsiderar a sua participação a qualquer tempo. Os públicos são o “gérmen do espaço público e da opinião pública” (ESTEVES, 2011, p. 154) no sentido de que são os processo de comunicação e sociabilidade empreendidos por estes que conformam o espaço, ou esfera pública, enquanto lugar simbólico de troca argumentativa racional, livre e aberta. Gomes (2008) destaca que a esfera pública não é um lugar, mas uma prática que se concretiza

através de debates”.

E de acordo com Weber (2007) os debates públicos podem ter início de forma planejada, quando mudanças econômicas e/ou políticas estão em jogo e mobilizam os poderes do Estado e a sociedade; ou de forma espontânea, com a ocorrência de acontecimentos políticos, tragédias, desastres ambientais que, enquanto sensibilizadores do interesse público, demandam ação pública, desencadeiam opiniões e acionam os públicos envolvidos. Weber (2007, 2017) utiliza uma metáfora de redes para compreender as conexões que se estabelecem no debate público. As redes de comunicação permitem a circulação de informações e ações, com significados e interpretações passíveis de acolhimento e rejeição por outras redes” (WEBER, 2017, p. 45). E são os temas de interesse público que desencadeiam o debate pelas redes de comunicação que disputarão visibilidade para suas posições e argumentos, sendo que a capacidade de repercussão desses temas se vincula exatamente a essas disputas e ao interesse das demais redes sobre um determinado tema.

Na proposta da autora (Weber, 2017), os debates se dão a partir das articulações comunicativas provocadas por dez redes de comunicação: *Redes de Comunicação do Poder Executivo, Redes de Comunicação do Poder Legislativo, Redes de Comunicação do Poder Judiciário, Sistemas de Comunicação e Radiodifusão Pública, Redes de Comunicação Política, Redes de Comunicação Social, Redes de Comunicação Mercadológica, Redes de Comunicação Científico-educacional, Redes de Comunicação Religiosa e Redes de Comunicação Mediática*. O poder das redes “reside na capacidade do sistema de comunicação de tornar visível suas versões (estratégias de visibilidade) e contagiar as demais redes em torno do tema, repercutir e mobilizar a opinião pública e a opinião de públicos” (WEBER, 2007, p. 25). Além da visibilidade, a eficácia dos argumentos e estratégias mobilizados também depende da legitimidade e credibilidade associadas a essas redes.

A noção de *visibilidade*, que permeia a obra de diferentes autores que trabalham com o conceito de comunicação pública, é, de fato, indispensável ao pensarmos nas dinâmicas desses processos de comunicação contemporaneamente. Nesse sentido, Gomes (2008) traz a distinção entre *esfera da visibilidade pública* e *esfera da discussão pública*.

A primeira é a dimensão do que é visível, acessível, de conhecimento público, e “numa democracia de massa, não há como estabelecer consensos, reconhecer as questões relativas ao bem comum e as posições em disputa eleitoral sem que se passe por um tal meio essencial de sociabilidade” (GOMES, 2008, p. 134). Já a segunda constitui a esfera do debate, esfera pública. Nela a visibilidade é igualmente importante, uma vez que as posições em disputa precisam ser conhecidas. No entanto, a exposição, aqui, não serve apenas para gerar o conhecimento comum, “mas para que os concernidos pela matéria em discussão saibam que há uma disputa e possam nela intervir como participantes” (GOMES, 2008, p. 135).

A esfera da visibilidade pública é fundamental para a esfera da discussão pública na medida em que esta depende da visibilidade daquela para que possa promover discussões abertas em uma democracia de massa, onde não é possível a presença física de todos os concernidos no debate; e também a esfera da visibilidade pública coloca em circulação os temas de interesse público capazes de instaurar debates (GOMES, 2008). Para o autor, essas duas formas de esfera pública são indissociáveis e a perda em uma dessas dimensões representa, assim, uma perda de qualidade na democracia. No entanto, o fato de a esfera da discussão pública não poder ser dissociada da esfera da visibilidade pública, sem que, com isso, se cerceie a qualidade do debate que transcorre, não quer dizer que a esfera pública depende, necessariamente, de uma esfera de visibilidade pública midiática (GOMES, 2008). Basta que os interessados na discussão sejam alcançados, como é o caso de assembleias escolares ou sindicais. Entretanto, quando se trata de temas de interesse público de grande abrangência e interesse nacional, como os episódios discutidos aqui, os meios de comunicação são fundamentais para que o debate público se estabeleça.

Desenho metodológico

Trabalhamos com a base das redes de comunicação pública propostas por Weber (2017), pensando-as divididas em três grandes grupos: vinculadas ao *Estado*, à *sociedade* e aos *sistemas de comunicação midiática*. Mapeamos os principais atores que, em cada rede, participaram dos debates sobre o impeachment, a PEC 241 e a reforma trabalhista.

A posição dos atores foi aferida a partir de manifestações oficiais - notas, documentos ou pronunciamentos que tenham esse caráter (todas estão disponíveis no Anexo 1). Dessa forma, pudemos compreender de que maneira estiveram montadas as alianças e oposições entre os atores.

As redes do *Estado* ficam divididas, como originalmente propõe Weber (2017), em *Redes de Comunicação do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e Sistemas de Comunicação e Radiodifusão Pública*. No Executivo, analisamos os pronunciamentos dos chefes do Poder, Dilma Rousseff (PT) no caso do processo de impeachment (em seu discurso de defesa no Senado) e Michel Temer (PMDB) nos outros dois (em pronunciamento sobre a PEC 55 e em seu discurso na sanção da reforma trabalhista). Em relação ao Poder Legislativo, investigamos os votos por partidos nas sessões da Câmara dos Deputados (CD) e do Senado Federal (SF) que decidiram sobre os casos em questão, considerando a posição majoritária de cada bancada. No caso da PEC, tratamos do segundo turno de votação em cada uma das Casas.

Sobre o Judiciário, estudamos os posicionamentos de entidades representativas de juízes (Associação de Magistrados do Brasil - AMB), servidores (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal - Fenajufe) e advogados (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), além da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). Esses posicionamentos foram expressos através de notas ou de chamados a mobilizações. No caso dos Sistemas de Comunicação e Radiodifusão Pública, observamos a entidade de nível federal, Empresa Brasil de Comunicação (EBC), e não foi encontrado nenhum posicionamento oficial da empresa ou de seu Conselho Curador a respeito de nenhum dos três temas.

No âmbito da *sociedade*, investigamos, nas *Redes de Comunicação Política*, os maiores partidos do país em número de filiados: PMDB, PT e PSDB, aferindo o posicionamento das entidades a partir de notas e pronunciamentos de dirigentes. Nas *Redes de Comunicação Social*, buscamos organizações e entidades que se posicionaram oficialmente sobre o tema, também em notas e/ou pronunciamentos, e buscamos, assim, os posicionamentos, em notas e pronunciamentos de dirigentes, das duas maiores centrais sindicais do país (Central Única dos Trabalhadores – CUT e Força Sindical), e das duas frentes de movimentos populares formadas em 2015, a Frente Brasil Popular (FBP) e a

Frente Povo Sem Medo (FPSM), registrados em notas e chamados para mobilizações. Também investigamos os posicionamentos de dois grupos que estiveram à frente das mobilizações pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua (VPR), veiculados especialmente em notas chamados a mobilizações através das redes sociais digitais desses grupos. No caso das *Redes de Comunicação Empresarial*, analisamos os posicionamentos em notas oficiais ou de dirigentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). No que se refere às *Redes de Comunicação Científico-educacional*, buscamos manifestações das entidades representativas dos principais setores: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Federação de Sindicatos dos Trabalhadores em Universidades Brasileiras (Fasubra), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Por fim, para analisar a ação das *Redes de Comunicação Religiosa*, buscamos notas de entidades que representam igrejas vinculadas às religiões com maior representatividade no país, de acordo com o IBGE - católicos romanos e evangélicos. Assim, foram analisadas notas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Aliança de Batistas do Brasil (ABB) e da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED).

O terceiro âmbito do debate público está nos *Sistemas de Comunicação Midiática*, é aqui dividido em dois grandes setores: a mídia alternativa, entendida como um setor de mídia vinculado aos movimentos populares e com o sentido da busca de transformações sociais democratizantes (HAUBRICH, 2017) e a mídia hegemônica. Para tratar daquela, analisamos editoriais do jornal *Brasil de Fato* e publicações de posicionamento da *Mídia Ninja* na rede social Facebook. São duas das mídias alternativas de abrangência nacional de maior proeminência no debate público. Já na mídia hegemônica, nos detivemos nos editoriais dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, os três jornais de caráter nacional com maior circulação no país.

A partir das manifestações oficiais dos principais atores envolvidos no debate público dos três episódios foram mapeados os posicionamentos de cada um dos atores em relação a cada um dos temas em discussão: impeachment de Dilma Rousseff, PEC do teto de gastos e reforma trabalhista. Esses dados foram analisados com auxílios dos softwares de análise de rede social UciNet e NetDraw, onde buscamos compreender a configuração da rede social que envolve os três temas, com aproximações e afastamentos entre os atores e também a coesão existente entre eles.

Posicionamentos e flutuações de atores e redes

A seguir, apresentamos através de quadros os posicionamentos de atores e redes e suas variações em relação aos três temas pesquisados. Além disso, trazemos alguns apontamentos iniciais para compreender esses posicionamentos e suas flutuações.

No quadro 1 é apresentado o posicionamento dos atores no âmbito do Estado em relação aos três episódios. Os atores encontram-se subdivididos nas *redes de comunicação* a que se vinculam. Como atores do Estado, eles fazem parte da instância decisória da democracia, assumindo diferentes papéis. O Poder Executivo é alvo do processo de impeachment no primeiro caso estudado; nos dois seguintes, ele é autor dos projetos que deram origem a debates públicos. Entre o primeiro e os demais, há também uma mudança na Presidência, com o impeachment de Dilma Rousseff. Já o Poder Legislativo tem o poder do voto nos três casos, negociando sua posição com os outros âmbitos do Estado, especialmente o Executivo, e também com atores da sociedade e mídia. Já os atores vinculados ao Poder Judiciário estão no lugar não exatamente da decisão política, mas é onde se situa a capacidade de deliberar sobre a legalidade desta decisão. E os Sistemas de Comunicação e Radiodifusão Pública, representado pela EBC, são o lugar por onde essas decisões circulam midiaticamente no âmbito público.

Quadro 1 - Posicionamentos dos atores do Estado

Estado			
ATORES	IMPEACHMENT	PEC DO TETO DE GASTOS	REFORMA TRABALHISTA
<i>Sistemas de Comunicação e Radiodifusão Pública</i>			
EBC	Não se posiciona	Não se posiciona	Não se posiciona
<i>Redes de Comunicação do Executivo</i>			

Governo Federal		Contrário (Dilma)	Favorável (Temer)	Favorável (Temer)
<i>Redes de Comunicação do Legislativo</i>				
Câmara dos Deputados	DEM	Favorável	Favorável	Favorável
	PHS	Favorável	Favorável	Contrário
	PP	Favorável	Favorável	Favorável
	PR	Favorável	Favorável	Favorável
	PRB	Favorável	Favorável	Favorável
	PT	Contrário	Contrário	Contrário
	PCdoB	Contrário	Contrário	Contrário
	PDT	Contrário	Contrário	Contrário
	PEN	Empate	Empate	Favorável
	PMB	Favorável	Contrário	Contrário
	PMDB	Favorável	Favorável	Favorável
	PTdo B	Favorável	Favorável	Contrário
	PPS	Favorável	Favorável	Favorável
	SD	Favorável	Favorável	Favorável
	PROS	Favorável	Favorável	Contrário
	PSB	Favorável	Favorável	Contrário
	PSC	Favorável	Favorável	Favorável
	PSD	Favorável	Favorável	Favorável
	PSDB	Favorável	Favorável	Favorável
	PSL	Favorável	Favorável	Empate
	PSol	Contrário	Contrário	Contrário
	PTB	Favorável	Favorável	Favorável
	PTN	Favorável	Favorável	Favorável
	PV	Favorável	Favorável	Favorável
REDE	Empate	Contrário	Contrário	
PRP	Sem votantes	Favorável	Sem votantes	
Senado Federal	PDT	Favorável	Favorável	Contrário
	PSDB	Favorável	Favorável	Favorável
	PV	Favorável	Favorável	Sem votantes
	PP	Favorável	Favorável	Favorável
	PT	Contrário	Contrário	Contrário
	PSB	Favorável	Favorável	Contrário
	PTB	Contrário	Favorável	Empate
	PR	Favorável	Favorável	Favorável
	PPS	Favorável	Favorável	Favorável
	PMDB	Favorável	Favorável	Favorável
	DEM	Favorável	Favorável	Favorável
	PSC	Favorável	Favorável	Favorável
	PRB	Favorável	Ausente	Favorável
	PTC	Favorável	Ausente	Contrário
	REDE	Contrário	Ausente	Contrário
	PCdoB	Contrário	Contrário	Contrário
	PODE	Sem votantes	Sem votantes	Contrário

	PSD	Sem votantes	Favorável	Sem votantes
<i>Redes de Comunicação do Judiciário</i>				
OAB		Favorável	Contrário	Contrário
FENAJUFE		Não se manifesta	Contrário	Contrário
CONAMP		Não se manifesta	Contrário	Contrário
AMB		Não se manifesta	Contrário	Contrário

Fonte: Elaboração própria.

No quadro 2 são trazidos os posicionamentos assumidos pelos atores da sociedade. Nela não está o poder de decisão sobre os episódios estudados, mas está o poder de mobilização e articulação para incidir sobre a decisão tomada no âmbito do Estado. Nesse sentido, as Redes de Comunicação Política são as que conseguem incidir mais diretamente sobre essa decisão, orientando o voto de seus filiados no Parlamento. No entanto, nem sempre essas orientações são seguidas e, algumas vezes, são motivo de rupturas e constrangimentos entre partido e parlamentares. O processo de impeachment foi um dos casos em que parlamentares não seguiram a orientação partidária, ocasionando expulsões e suspensões, como foi o caso do PDT, por exemplo, com os que não seguiram a orientação de votação contrária ao impeachment. Nas Redes de Comunicação Social está o lugar de expressão de organizações da sociedade, como a CUT, movimentos sociais tradicionais, como os que compõem a Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, ou recentes e articulados a partir da pauta do impeachment, como Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre. Já nas Redes de Comunicação Empresarial circulam os atores e os interesses vinculados ao mercado. Nas Redes de Comunicação Científico-educacional estão os atores vinculados a instituições de ensino e à pesquisa. Nas Redes de Comunicação Religiosa estão as entidades religiosas e entidades representativas de grupos religiosos. Todos esses atores concorrem com suas opiniões e posicionamentos a fim de atingir e influenciar as instâncias decisórias.

Quadro 2 - Posicionamentos dos atores da Sociedade

Sociedade			
ATORES	IMPEACHMENT	PEC DO TETO DE GASTOS	REFORMA TRABALHISTA
<i>Redes de Comunicação Social</i>			
Frente Brasil Popular (FBP)	Contrário	Contrário	Contrário
Frente Povo Sem Medo (FPSM)	Contrário	Contrário	Contrário

Movimento Brasil Livre (MBL)	Favorável	Favorável	Favorável
Vem Pra Rua (VPR)	Favorável	Favorável	Favorável
CUT	Contrário	Contrário	Contrário
Força Sindical	Favorável	Não se posiciona	Contrário
<i>Redes de Comunicação Empresarial</i>			
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)	Favorável	Favorável	Favorável
Confederação Nacional da Indústria (CNI)	Favorável	Favorável	Favorável
<i>Redes de Comunicação Política</i>			
PT	Contrário	Contrário	Contrário
PMDB	Favorável	Favorável	Favorável
PSDB	Favorável	Favorável	Favorável
<i>Redes de Comunicação Científico-educacional</i>			
ANDIFES	Contrário	Contrário	Não encontrado
ANDES	Não se posiciona	Contrário	Contrário
FASUBRA	Contrário	Contrário	Contrário
UNE	Contrário	Contrário	Contrário
UBES	Contrário	Contrário	Contrário
ANPG	Contrário	Contrário	Contrário
<i>Rede de Comunicação Religiosa</i>			
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	Não se posiciona	Contrário	Contrário
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Contrário	Contrário	Contrário
Aliança de Batistas do Brasil (ABB)	Contrário	Não encontrado	Contrário
Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED)	Contrário	Contrário	Contrário

Fonte: Elaboração própria.

No quadro 3 estão os atores responsáveis pela mediação do debate público, que conectam a sociedade ao Estado. No entanto, essa instância de mediação não é neutra e desinteressada, assumindo também um posicionamento próprio e buscando intervir na decisão, seja por meio de editoriais, pelo agendamento de temas ou pelo próprio enquadramento que dão a eles. Os sistemas de comunicação midiática foram divididos neste estudo em mídias hegemônicas, onde estão os grandes jornais de circulação nacional, vinculados a grandes conglomerados de comunicação, e mídias alternativas, historicamente vinculadas às lutas populares.

Quadro 3 - Posicionamentos dos atores da Mídia

Sistemas de Comunicação Midiática			
ATORES	IMPEACHMENT	PEC DO TETO DE GASTOS	REFORMA TRABALHISTA
<i>Mídia Hegemônica</i>			
Folha de São Paulo (FSP)	Favorável	Favorável	Favorável
O Estado de São Paulo (OESP)	Favorável	Favorável	Favorável
O Globo	Favorável	Favorável	Favorável
<i>Mídia Alternativa</i>			
Mídia Ninja	Contrário	Contrário	Contrário
Brasil de Fato (BDF)	Contrário	Contrário	Contrário

Fonte: Elaboração própria.

No quadro 4 apontamos os percentuais de manutenção ou mudança de posição em cada uma das redes de comunicação em relação ao impeachment e PEC e reforma trabalhista. Nesse quadro, consideramos que o posicionamento é *mantido* quando a mesma posição é assumida nos três casos (favorável ou contrária), e que o posicionamento é *mantido quando se manifesta* quando o ator se posiciona no impeachment e em apenas um dos outros dois casos, mantendo a mesma posição que teve em relação ao impedimento de Dilma Rousseff. Consideramos que o posicionamento *oscila* quando há um posicionamento igual ao assumido no impeachment no caso da PEC ou reforma trabalhista e outro diferente, que o posicionamento *muda* quando a posição nesses últimos dois casos é igual entre si, mas diferente em relação ao impeachment, e que o posicionamento *muda quando se manifesta* nos casos em que o ator se posiciona no impeachment e em apenas um dos outros dois casos, mudando de posição em relação ao impeachment. Destacamos que apenas os posicionamentos apontados nos quadros 1, 2 e 3 como empate (no caso do Legislativo), favorável e contrário contam para a aferição de manutenção ou mudança de posicionamento, os demais são contabilizados como não-posicionamento.

Quadro 4 - Continuidades entre impeachment, PEC e reforma trabalhista

CONTINUIDADES IMPEACHMENT/PEC DO TETO DE GASTOS/REFORMA TRABALHISTA						
ATORES	Posicionamento é mantido	Posicionamento é mantido quando se manifesta	Posicionamento oscila	Posicionamento muda	Posicionamento muda quando se manifesta	Não se posiciona no impeachment
<i>Sistemas de Comunicação e Radiodifusão Pública</i>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
<i>Redes de Comunicação do Executivo</i>	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
<i>Redes de Comunicação do Legislativo</i>	59,10%	6,80%	20,50%	4,50%	2,30%	6,80%
<i>Redes de Comunicação do Judiciário</i>	0,00%	0,00%	0,00%	25,00%	0,00%	75,00%
<i>Redes de Comunicação Social</i>	83,30%	0,00%	0,00%	0,00%	16,70%	0,00%
<i>Redes de Comunicação Empresarial</i>	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<i>Redes de Comunicação Política</i>	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<i>Redes de Comunicação Científico-educacional</i>	66,70%	16,65%	0,00%	0,00%	0,00%	16,65%
<i>Redes de Comunicação Religiosa</i>	50,00%	25,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25,00%
<i>Sistemas de Comunicação Midiática</i>	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Elaboração própria.

Nos quadros 1 a 4, é possível perceber que há funcionamentos distintos entre as redes em relação a manutenção ou mudanças de posicionamentos. Enquanto nas redes de comunicação Empresarial, Política e Midiática há manutenção de 100% - ou seja, todos os atores dessas redes foram ou a favor do impeachment, da PEC 55 e da reforma trabalhista, ou foram contra os três. Nas Redes de Comunicação Religiosa, há 75% de manutenção do posicionamento (considerando os dados das colunas 2 e 3 do quadro 4). Ao mesmo tempo, nas Redes de Comunicação Social há um grande percentual de manutenção, havendo, também, variações no posicionamento dos atores. No caso das Redes de Comunicação Científico-educacional, não há variação, apenas ausência de posicionamento. As Redes de Comunicação do Executivo são as únicas com tendência à mudança, ou seja, há mudança de posicionamento superior a 50%. Isso acontece pela

mudança na própria chefia do Poder - Dilma Rousseff, obviamente, foi contrária a seu próprio impeachment, enquanto Michel Temer apoiou, como não poderia deixar de ser, os projetos propostos por seu governo.

Nas Redes de Comunicação do Judiciário, a mudança de posicionamento representa um percentual superior a manutenção. No entanto, isso ocorre porque 75% dos atores estudados nessa rede não se manifestam ou não foram localizados posicionamentos oficiais sobre o impeachment. Apenas nas Redes de Comunicação do Legislativo há mudança relevante nos posicionamentos, sendo registrados diferentes tipos de variação de posicionamento, destacando-se 20,5% de oscilação de posição e 6,8% somando *mudança* e *mudança quando se manifesta*. Há manutenção total de posicionamento em apenas 59,1% dos atores. Isso demonstra que, ao contrário do âmbito da sociedade, do âmbito midiático e dos Poderes Executivo e Judiciário, no Legislativo - espaço decisório fundamental - há uma certa instabilidade, ao mesmo tempo que pode indicar que os partidos, ao menos em sua forma de ação no Congresso nos casos aqui analisados, estejam fortemente sujeitos às pressões internas e/ou externas e estando, esses posicionamentos, dependentes de flutuações conjunturais.

É interessante notar, também, que essas oscilações dentro do Legislativo não se dão nos grandes partidos e bancadas. Na Câmara dos Deputados não há nenhuma mudança de posicionamento partidário majoritário nos sete partidos com mais representantes - PP, PT, PMDB, PSDB, DEM, PR e PSD. O mesmo acontece no Senado com as sete legendas com mais senadores - PMDB, PSDB, PT, DEM, PSD, PODE e PR. Há, nesses partidos, uma maior consolidação política, enquanto nos partidos menores é possível que as pressões internas e externas sejam sentidas com maior intensidade, gerando oscilações.

No quadro 5 são apresentados os percentuais totais de cada uma das categorias, considerando todas as redes de comunicação e tomando como base inicial os posicionamentos a respeito do impeachment.

*Quadro 5 - Continuidades entre impeachment, PEC e reforma trabalhista
(percentuais gerais)*

CONTINUIDADES IMPEACHMENT / PEC DO TETO DE GASTOS / REFORMA TRABALHISTA	
Posicionamento é mantido	61,80%
Posicionamento é mantido quando se manifesta	5,30%
Posicionamento oscila	11,80%
Posicionamento muda	6,60%
Posicionamento muda quando se manifesta	2,60%
Não se posiciona no impeachment	11,80%

Fonte: Elaboração própria.

Vemos que 21% dos atores investigados não mantiveram, após o impeachment, posicionamentos similares aos adotados no afastamento de Rousseff. Há, portanto, uma sólida linha de continuidade nas manifestações a respeito dos três temas pesquisados.

No quadro 6 apresentamos os percentuais de manutenção ou mudança de posição em cada uma das redes de comunicação em relação à PEC e reforma trabalhista. Assim como no quadro 4, apenas os posicionamentos favorável, contrário e empate nos quadro 1 a 3 são contabilizados para aferição de mudança ou manutenção do posicionamento. No quadro também estão contabilizados os percentuais de atores que não se posicionam em um dos dois casos e, nesses casos, não é possível identificar mudança ou manutenção, ou que não se posicionaram em ambos os episódios.

Quadro 6 - Continuidades entre PEC e reforma trabalhista

CONTINUIDADES PEC DO TETO DE GASTOS/REFORMA TRABALHISTA					
ATORES	Posicionamento é mantido	Posicionamento muda	Não se posiciona sobre a PEC	Não se posiciona sobre a reforma trabalhista	Não se posiciona nos dois episódios
Sistemas de Comunicação e Radiodifusão Pública	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Redes de Comunicação do Executivo	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Redes de Comunicação do Legislativo	63,60%	20,50%	9,10%	6,80%	0,00%
Redes de Comunicação do Judiciário	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Redes de Comunicação Social	83,30%	0,00%	16,70%	0,00%	0,00%
Redes de Comunicação Empresarial	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Redes de Comunicação	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Política					
Redes de Comunicação Científico-educacional	83,30%	0,00%	0,00%	16,70%	0,00%
Redes de Comunicação Religiosa	75,00%	0,00%	25,00%	0,00%	0,00%
Mídia Hegemônica	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mídia Alternativa	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Elaboração própria.

No quadro 7 consideramos todas as redes conjuntamente e são apresentados os percentuais gerais de cada uma das categorias, referindo-nos, aqui, apenas à PEC e à reforma trabalhista.

Quadro 7 - Continuidades entre PEC e reforma trabalhista (percentuais gerais)

CONTINUIDADES PEC DO TETO DE GASTOS / REFORMA TRABALHISTA	
Posicionamento é mantido	74%
Posicionamento muda	11,80%
Não se posiciona sobre a PEC	7,90%
Não se posiciona sobre a reforma trabalhista	5,30%

Fonte: Elaboração própria.

Os quadros 6 e 7 demonstram a baixa variação entre os posicionamentos dos atores em relação à PEC 55 e à reforma trabalhista. Há apenas 11,80% de mudança, e todos os atores que mudam de posição fazem parte das Redes de Comunicação do Legislativo (20,5% dos atores do Legislativo modificam seu posicionamento), o que demonstra, uma vez mais, a suscetibilidade de parte desse Poder às pressões internas e externas.

No quadro 8 estão apresentados os tipos de mudança de posicionamento que foram identificados. Primeiramente entre impeachment, PEC e reforma trabalhista e, na terceira coluna, entre PEC e reforma trabalhista. Destacamos que a mudança *de* ou *para* empate refere-se apenas ao Legislativo, onde foi aferida a posição majoritária de cada bancada, havendo empate em alguns casos.

Quadro 8 - Mudança de posicionamento

MUDANÇA DE POSICIONAMENTO	IMPEACHMENT / PEC DO TETO DE GASTOS / REFORMA TRABALHISTA	PEC DO TETO DE GASTOS / REFORMA TRABALHISTA
Favorável -> Contrário	66,60%	66,70%
Favorável -> Empate	0,00%	22,20%
Contrário-> Favorável	16,70%	0,00%
Empate -> Favorável	16,70%	11,10%

Fonte: Elaboração própria.

Após observarmos que é baixo o índice de mudança de posicionamento dos atores, o Quadro 8 nos mostra o tipo de mudança que acontece entre os atores que não mantiveram suas posições. E o que aparece é uma tendência muito maior à passagem de posições favoráveis para posições contrárias, o que pode refletir o cenário de constante crise em que se manteve o governo de Michel Temer.

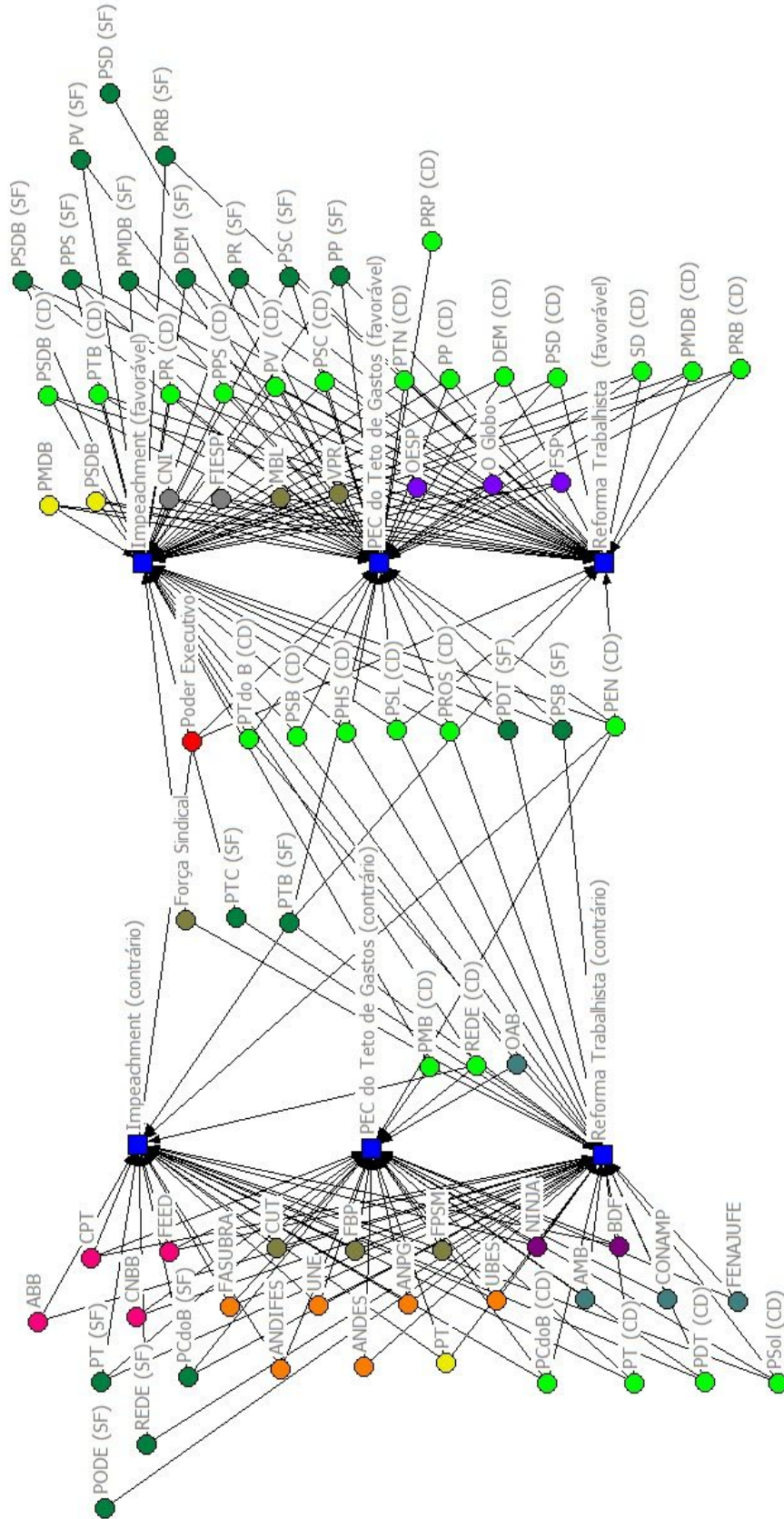
No Gráfico 1 apresentamos a rede formada pelos diferentes atores a partir dos posicionamentos que assumem nos três casos pesquisados. Nele é possível visualizar os atores que se colocam de cada lado e as manutenções, mudanças e oscilações de posicionamento que ocorrem. Os quadrados azuis representam os posicionamentos (favorável ou contrário) adotados em cada um dos episódios. Os círculos coloridos representam os atores, que estão separados por cores de acordo com as redes a que se vinculam. As exceções são o Legislativo e as mídias, que estão divididos em tons diferentes para facilitar a distinção entre atores da Câmara dos Deputados (CD) e Senado Federal (SF), em relação ao Legislativo; e mídias alternativas e mídias hegemônicas, no escopo das mídias.

No lado esquerdo do gráfico estão os que se posicionaram contrariamente e no lado direito os que se posicionaram a favor em todos os casos, sempre que se manifestam. No centro estão aqueles cuja posição oscilou ou mudou de um episódio para outro. Em cada grupo de atores, separados por cores das suas redes, os mais próximos dos episódios são aqueles que se posicionaram mais vezes daquela forma. Já os atores no centro do gráfico foram posicionados de forma a estarem mais próximos do posicionamento (favorável/contrário) que adotaram na maioria das vezes. Os partidos PTB e PTC, no Senado Federal, e a Força Sindical estão equidistantes dos dois

posicionamentos por terem adotado-os o mesmo igualmente. No caso do Poder Legislativo, os atores que empatam nas votações fazem conexões com os dois lados.

É possível perceber uma grande concentração de atores nos dois cantos do gráfico, demonstrando o alto grau de manutenção de posicionamentos nas discussões sobre os três temas investigados. Há poucos atores na parte central do gráfico, o que explicita na imagem a pouca flutuação de posicionamentos, indicando o embate entre dois projetos relativamente coesos. O gráfico também nos ilustra quem são os atores que estão em cada um dos lados. Do lado *contrário* nos três episódios estão todos os atores das Redes de Comunicação Religiosa e Científico-educacional e mídias alternativas, além da maior parte dos atores vinculados ao Judiciário. Desse lado também se encontram partidos e movimentos populares historicamente vinculados a lutas e projetos no campo da esquerda nas Redes de Comunicação Social, do Legislativo e Política. Já entre os favoráveis aos três projetos, encontram-se os atores vinculados ao mercado, mídias hegemônicas e movimentos sociais recentemente articulados e que tiveram como principal bandeira, após 2014, o impeachment de Dilma Rousseff. Também é possível identificar que a maior parte dos partidos, na Câmara dos Deputados e no Senado, sequer oscila entre os episódios, posicionando-se favoravelmente nos três casos estudados. Além disso, entre os partidos de cujos posicionamentos oscilam, também a maior parte está mais próxima do lado favorável.

Gráfico 1 - Aproximações e afastamentos entre os atores





Fonte: Elaboração própria.

Quadro 9 - Densidade

COESÃO ENTRE FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS	IMPEACHMENT PEC DO TETO DE GASTOS REFORMA TRABALHISTA	PEC DO TETO DE GASTOS REFORMA TRABALHISTA
Favoráveis	0.865	0.866
Contrários	0.899	0.981

Fonte: Elaboração própria.

Além da visualização da rede formada pelos atores, a ARS também nos permite compreender a coesão das redes que se formam favorável e contrariamente aos casos pesquisados, através da métrica de *densidade*. A densidade das redes foi aferida em dois momentos: primeiramente considerando os três episódios e somente com os atores que se posicionam de forma contrária ou favorável ao processo de impeachment e, num segundo momento, entre os episódios de PEC e reforma trabalhista, e também somente considerando os atores que assumem posicionamento contrário ou favorável em relação ao primeiro. Considerando a densidade desde o impeachment, e tendo em vista que a densidade máxima de uma rede é 1, o que podemos notar é que, tanto entre os contrários, quanto entre os favoráveis ao impeachment, há um alto grau de coesão, que é ainda maior entre os contrários, corroborando os achados anteriormente apresentados. Já no cálculo da densidade das redes considerando apenas os casos da PEC e reforma trabalhista o que se nota é um aumento significativo na densidade entre os contrários. Como dissemos anteriormente, houve pouca mudança de posicionamento, mas o aumento que ocorre entre os dois momentos de cálculo da densidade nos permite compreender que o principal momento de inflexão ocorre entre o impeachment e a PEC, já que entre PEC e reforma

trabalhista a coesão, que já era elevada considerando os três episódios, fica ainda maior, aproximando-se de 1 entre os contrários à PEC.

Considerações finais

Os posicionamentos analisados apontam altas taxas de manutenção de posições nos três casos analisados. Embora o debate público tenha tido início muito antes das votações e ainda permaneça em atividade, há um espaço de tempo de 589 dias entre a aceitação, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da abertura do processo impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff (2 de dezembro de 2015) e a sanção da reforma trabalhista por Michel Temer (13 de julho de 2017). Nesse período, os atores do debate público no Brasil se mantêm relativamente coesos em suas posições, estendendo os embates identificados desde o imbróglio em torno da permanência ou não do governo Rousseff.

Aparecem indícios, na análise dos posicionamentos dos atores e redes, de forte relação entre o impeachment de Dilma Rousseff e a implementação de mudanças estruturais na economia do país, representadas aqui pelas duas medidas de maior expressão, a EC 95/2016 (PEC 55) e a reforma trabalhista. Assim, pode-se inferir a existência de peso considerável, na discussão sobre o impeachment, dos interesses envolvidos nessas medidas econômicas, que se mostram atravessados pela relação capital x trabalho. Essa relação aparece, por exemplo, nas diferenças entre posicionamentos das entidades empresariais e das centrais sindicais e movimentos populares, e reproduz-se também nos meios de comunicação e nos partidos políticos e em suas participações no âmbito do Estado – notadamente nos poderes Executivo e Legislativo.

Os resultados apontam para a existência de uma polarização tão grande entre dois projetos que, mesmo que os três casos aqui pesquisados tenham sido amplamente discutidos e divulgados, há uma grande predominância de manutenção de posicionamentos. Um dos motivos que podem ser aventados para isso é que as fortes vinculações dos atores a esses projetos não permite uma troca real entre eles - ao menos em suas faces institucionalizadas, analisadas aqui.

Colocando em perspectiva a hipótese apresentada no início do artigo (“há semelhanças na maneira como esses atores se relacionam nos debates, de forma que as

aproximações e afastamentos, convergências e divergências entre eles contêm grande similaridade”), cabe observar, nestas considerações, que este é um primeiro artigo sobre o tema e que, mesmo que diversos indícios tenham sido encontrados, é preciso, para validar ou não a hipótese, o aprofundamento deste estudo. Assim, será possível estabelecer definições mais claras sobre esse alinhamento entre os atores, partindo-se dos dados apresentados e das análises já desenvolvidas aqui. Entendemos, ao mesmo tempo, que o objetivo central deste trabalho, de compreender as linhas contínuas do posicionamento dos atores entre o impeachment e a aprovação de duas das principais medidas propostas pelo novo governo, foi, nos limites oferecidos por um artigo dessa natureza, cumprido, apontando-se, uma vez mais, a relevância de possíveis aprofundamentos dos olhares possíveis sobre as conexões entre os três episódios aqui pesquisados.

Referências

ESTEVES, J. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e Democracia: Problemas & Perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

HAUBRICH, Alexandre. **Mídias alternativas: a palavra da rebeldia**. Florianópolis: Insular, 2017.

WEBER, Maria Helena. **Na comunicação pública, a captura do voto**. Logos: Mídia e Democracia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 27, p.21-42, jul. 2007.

WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos. **Comunicação Pública e Política – Pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular, 2017.

ANEXO 1 - NOTAS E MANIFESTAÇÕES ANALISADAS

Ator	IMPEACHMENT	PEC 241/2016	REFORMA TRABALHISTA
	Fonte	Fonte	Fonte
Estado			
Sistemas de Comunicação e Radiodifusão Pública			
EBC	-	-	-
Redes de Comunicação do Executivo			
Dilma Rousseff	https://goo.gl/etzyKn	https://goo.gl/pcbU87	https://goo.gl/BBEkk5
Redes de Comunicação do Legislativo			
Câmara dos Deputados	https://goo.gl/UYsEf5	https://goo.gl/NK8fqW	https://goo.gl/KoqXec
Senado	https://goo.gl/TVwAEx	https://goo.gl/fKfkMz	https://goo.gl/pZHfMU
Redes de Comunicação do Judiciário			
OAB	https://goo.gl/Dve3rQ	https://goo.gl/N16vUj	https://goo.gl/8z5eba
FENAJUFE	-	https://goo.gl/R5WWJZ	https://goo.gl/oS2VuF
CONAMP	-	https://goo.gl/Eupv75	https://goo.gl/7x8PY8
AMB	-	https://goo.gl/tQvPqj	https://goo.gl/UodyM3
Sociedade			
Redes de Comunicação Social			
Frente Brasil Popular	https://goo.gl/N2xQyd	https://goo.gl/Dk3yGv	https://goo.gl/f81FSV
Frente Povo Sem Medo	https://goo.gl/KxjyRp	https://goo.gl/cX6WX2	https://goo.gl/9o7cMC
Movimento Brasil Livre (MBL)	https://goo.gl/k4Qn3k	https://goo.gl/sQV492	https://goo.gl/w3AMwK
Vem pra rua	https://goo.gl/gXNF8E	https://goo.gl/jzcd8d	https://goo.gl/7stRBN
CUT	https://goo.gl/XWCmDN	https://goo.gl/6DMDgA	https://goo.gl/BP08xK
Força Sindical	https://goo.gl/uwz2Yo	-	https://goo.gl/aERJGT
Redes de Comunicação Empresarial			
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)	https://goo.gl/8jUBxH	https://goo.gl/4ev91J	https://goo.gl/jqBhSV
Confederação Nacional da Indústria (CNI)	https://goo.gl/WtbJtN	https://goo.gl/bm2thS	https://goo.gl/ker6gy
Redes de Comunicação Política			
PT	https://goo.gl/WPz4dx	https://goo.gl/cqQwNL	https://goo.gl/5WpA81
PMDB	https://goo.gl/PQKjGv	https://goo.gl/vZfyqR	https://goo.gl/rG6p6v
PSDB	https://goo.gl/sArFYe	https://goo.gl/Rsmtyv	https://goo.gl/bQBFqF
Redes de Comunicação Científico-educacional			
ANDIFES	https://goo.gl/CvJy3S	https://goo.gl/RZUy4B	-
ANDES	-	https://goo.gl/uJbgAX	https://goo.gl/M87uDr
FASUBRA	https://goo.gl/VbYsai	https://goo.gl/3KEoRv	https://goo.gl/ZrGkFe
UNE	https://goo.gl/dRaA1s	https://goo.gl/8FknrN	https://goo.gl/qpfDG9
UBES	https://goo.gl/LRp3fd	https://goo.gl/5Y8MV2	https://goo.gl/vKldcQ

ANPG	https://goo.gl/rku8qG	https://goo.gl/rRY4t9	https://goo.gl/UEQBhg
Rede de Comunicação Religiosa			
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	https://goo.gl/NqMJyP	https://goo.gl/vP5SSc	https://goo.gl/CdAptq
Comissão Pastoral da Terra	https://goo.gl/XkPGRr	https://goo.gl/qGcMgK	https://goo.gl/amnANS
Aliança de Batistas do Brasil	https://goo.gl/Nyb559	-	https://goo.gl/Fh4Xhq
Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito	https://goo.gl/5Mkixm	https://goo.gl/oJf7iL	https://goo.gl/HA6fZ9
Sistemas de Comunicação Midiática			
Mídia Hegemônica			
Folha de São Paulo	https://goo.gl/tB6AYy	https://goo.gl/Sk7K1a	https://goo.gl/X81AUX
Estado de São Paulo	https://goo.gl/bhzQTC	https://goo.gl/vnmxA2	https://goo.gl/VLY73Z
O Globo	https://goo.gl/r52yZm	https://goo.gl/E2q7Ah	https://goo.gl/jcrCek
Mídia Alternativa			
Mídia Ninja	https://goo.gl/KMFrkZ	https://goo.gl/dkCcCT	https://goo.gl/UoiR8K
Brasil de Fato	https://goo.gl/xKzsXy	https://goo.gl/ej7mBe	https://goo.gl/6E9tsP